

FLEXÃO DE GÊNERO DOS SUBSTANTIVOS EM LÍNGUA PORTUGUESA: ANÁLISE COMPARATIVA. É SÓ UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

Gender flexion of substantives in portuguese language: comparative analysis. is it just a matter of gender?

Fabiana Gomes Carvalho (UERJ)¹

Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu (UERJ)²

RESUMO: Esse artigo tem por objetivo apresentar a abordagem da flexão de gênero dos substantivos na língua portuguesa em diferentes gramáticas, discutindo-se a sua problemática central, pois, apesar de esse assunto ser constantemente discutido no meio acadêmico e científico, ainda não se chegou a um consenso. Percebe-se que, ainda, existem dúvidas e questionamentos sobre onde a categoria gênero, efetivamente, se encontra: numa classificação, em flexão e ou derivação. Procuraremos neste artigo, por meio de teóricos, gramáticos e especialistas em morfossintaxe, apresentar diferentes visões acerca do tema a fim de estabelecer pontos em comum, se é que eles existem, entre as teorias selecionadas. Esse artigo pretende analisar a tensão entre a norma da língua, apresentada nas gramáticas, e os reais usos linguísticos utilizados nos diferentes projetos de dizer, no que tange à flexão de gênero dos substantivos na língua portuguesa. Para tal, propõe-se uma análise descritivo-analítica entre algumas das mais relevantes gramáticas da nossa língua, conformando autores desde a corrente formalista até a corrente funcionalista. Cotejamos a perspectiva linguístico-discursiva aos pleitos atuais, em relação ao gênero das palavras, de acordo com as novas demandas sociais dos falantes da língua.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Flexão. Derivação. Substantivo.

ABSTRACT: This paper aims to present the grammar approach to the problem of gender inflection of nouns in the Portuguese language. Although this subject has been constantly

¹ Doutoranda em Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Língua Portuguesa (2018). Especialista em Língua Portuguesa pela UERJ (2015). Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Católica de Petrópolis (2014). Graduada e Licenciada em Letras Português-Francês pela UERJ (2010). Pesquisadora com interesse centrado nas questões referentes à estrutura e ao funcionamento da Língua Portuguesa. phabe@ibest.com.br

² Professora Associada de Língua Portuguesa, Instituto de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutora em linguística pela UFRJ (2002); Mestre em linguística pela UFRJ (1992); especialista em linguística aplicada pela UERJ (1989). Pós – Doutorado pela Universidade de Colônia, Alemanha (2017). Professora Visitante na Universidade de Heidelberg, Alemanha, no período de dezembro -2019 a fevereiro-2020, pelo Programa Capes- PrInt. Tem capítulos e artigos publicados em livros representativos da área. Pesquisadora com interesse centrado nas questões referentes à formação docente e ao processo ensino-aprendizagem de leitura e de escrita em língua materna. teresatedesco@uol.com.br

discussed by the academic and scientific environment, a consensus has not yet been reached on this topic and we realize that there are still doubts and questions about where the gender category would effectively be found: in flexion and or derivation. We will seek in this paper, by means of theorists, grammarians, and specialists in morphosyntax, to present different views on the theme to establish points in common, if they exist, among the selected theories. We intend to analyze the tension between the norm of the language, presented in the grammars, and the real linguistic uses in the different projects of saying, with respect to the gender inflection of the nouns in the Portuguese language. To this end, a descriptive-analytical analysis is proposed considering some of the most relevant grammars in our language, approaching authors from the formalist current to the functionalist one. We compare the linguistic-discursive perspective to current claims, in relation to the genre of words, according to the new social demands of speakers of the language.

KEYWORDS: Gender. Flexion. Derivation. Substantive.

Introdução

O tema flexão de gênero nos substantivos foi escolhido, porque entendemos, ainda, ser necessária uma discussão mais abrangente, reflexiva e cautelosa acerca dessa temática em nossa língua. Entendemos que o limite entre os processos de derivação e de flexão não é algo fácil de demarcar, pois é uma questão que envolve vários aspectos, cuja origem ocorre tanto na morfologia quanto na sintaxe, uma vez que ambas estão interligadas.

Percebemos ser relevante o aprofundamento dessa temática também nos livros didáticos para que consigamos fazer com que os alunos reflitam sobre o uso real da língua, fazendo questionamentos acerca desse tema tão importante e que, ainda, gera tantas dúvidas, sobretudo nos professores de língua portuguesa da escola básica.

Identificamos que alguns livros didáticos não discutem a problemática flexão versus derivação em suas obras. Além disso, há em enquadramento das categorias gênero, número e grau como flexão, como fazem algumas gramáticas tradicionais, com o falso intuito, talvez, de simplificar a compreensão dos processos. Geralmente, não há problematização acerca do enquadramento das categorias de gênero e de número como flexão; no máximo, é abordada a distinção entre gênero e sexo, porém, sempre de forma sintética.

Ao longo desse artigo, propomo-nos apresentar os estudos de teóricos renomados e especialistas em morfologia, para tentarmos promover outras reflexões e, por conseguinte, contribuir para os próximos estudos acerca desse tema, tão importante. Basear-nos-emos em conceitos

existentes nas gramáticas de Ribeiro (1881), Gomes (1904), Said Ali (1923), Azeredo (2000), Bechara (2009), além de linguistas como Botelho (2004), Castilho (2010), Câmara Jr. (2011), Borges Neto (2012), a fim de confrontarmos os conceitos mais antigos com os estudos mais recentes. Faremos esse confronto diacrônico, porque alguns autores de décadas passadas tratavam o gênero dos substantivos como oriundo de um processo flexional; porém, estudiosos mais recentes da língua portuguesa apontam para um questionamento sobre derivação de gênero em vez de flexão.

A dicotomia de gênero na língua portuguesa advém da necessidade de se indicar o sexo natural dos seres e o gramatical das coisas. Em relação ao sexo dos seres, entendemos ser mais fáceis as definições; já, em relação às coisas, o gênero pode ser gramatical, diacrônico e convencional, incitando dúvidas e maiores reflexões sobre essa temática. Para tentar elucidar tais questões sobre esse tema, usaremos os conceitos dos teóricos supramencionados, também.

O objetivo deste artigo é, portanto, mostrar as perspectivas que se encontram nas gramáticas consultadas, especificamente, no tratamento dado ao

gênero dos substantivos da língua portuguesa. Na primeira seção desse artigo, trataremos um estudo diacrônico do processo de gramatização no Brasil, iniciando pelo século XV d.C até os dias atuais. Mostraremos como surgiram as primeiras gramáticas brasileiras e que importância elas têm nesse percurso diacrônico, em quais estudos os primeiros gramáticos se basearam e como chegamos aos modelos das gramáticas atuais.

Na segunda seção desse artigo, exporemos a fundamentação teórica com as visões de cada autor selecionado e apresentaremos a nova demanda dos falantes no que diz respeito ao gênero das palavras, apresentando uma abordagem gramatical voltada à questão da marcação de gênero, ideológica. Nessa seção, abordaremos as teorias de autores desde a corrente formalista até a corrente funcionalista, contrapondo e traçando similaridades entre as concepções apresentadas. A terceira seção trará as conclusões às quais o embasamento teórico nos permitiu chegar e por fim, apresentamos as referências.

Breve histórico do processo de gramatização no Brasil

Sabemos que a história da língua

portuguesa tem início bem antes de Portugal chegar às terras brasileiras. Por precisarmos fazer um recorte, esse se dará a partir do século XV d.C. A partir desse século, as grandes navegações permitiram a Portugal ampliar seus domínios, o que se estendeu à língua portuguesa. A língua do dominante espalhou-se por vários continentes como África, Ásia, Oceania e América, chegando ao Brasil, devido ao processo de colonização. Ao tomarmos uma posição historiográfica e, levando em conta fatos de ordem política e institucional, podemos estabelecer quatro períodos, bem gerais, relativos aos estudos do Português, no Brasil, após o descobrimento do nosso país.

O primeiro período que vai da descoberta do Brasil, em 1500, até a primeira metade do século XIX, trata de uma época em que não existiam estudos sobre a língua portuguesa por aqui, coincidindo, também, com a entrada das ideias românticas no país. O segundo período, que compreende a segunda metade do século XIX até fins dos anos 30 (do séc. XX), foi caracterizado pela publicação das primeiras gramáticas brasileiras e pelas polêmicas entre autores de grandes romances, devido à forma de uso do português que cada autor empregava em suas obras, porque

havia influência teórica, vinda de um país diferente, o que refletia na escrita. Já o terceiro período, que data do final dos anos 30 até meados da década de 60, foi marcado pelo primeiro acordo ortográfico, que já estabelecia diferenças entre o português do Brasil e de Portugal, e por tornar a Linguística uma disciplina obrigatória para os cursos de Letras no Brasil. O quarto e último período vai de meados dos anos 60 aos dias atuais, e foi marcado pela criação da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) e pela criação dos cursos de Pós-graduação em Linguística.

Existem inúmeros acontecimentos importantíssimos em cada um dos quatro períodos elencados, além dos supracitados, porém, o que é mais relevante para esse texto, é o fato de que todos os movimentos envolvidos no processo de gramatização brasileira do português foram em prol de uma unidade linguística brasileira específica, uma língua única e nacional, distinta do português de Portugal. Queríamos ser independentes de todas as formas, e a língua é um dos melhores e maiores símbolos para que essa independência fosse vista, sentida e vivida pelo povo brasileiro na época.

Após a independência, em 1822, o Brasil teve a necessidade de se afirmar como

nação distinta e independente de Portugal. Sendo a língua um dos fatores que permeia a identidade de um povo, teve início no século XIX, a gramatização da língua portuguesa no Brasil. O Estado brasileiro se estabelece e a questão de uma língua nossa se evidencia. A língua passou a ser encarada como fato histórico, a partir da primeira metade do séc. XIX, quando também a Linguística passou a receber status de ciência.

Os estudos da época procuravam demonstrar que o português que se falava e se escrevia no Brasil era diferente do de Portugal. Portanto, emergiram inúmeras gramáticas brasileiras, nas quais os autores expunham o resultado de seus estudos. Seguindo esse ideal, surgiu o primeiro gramático brasileiro que foi Fernão de Oliveira em 1536, do qual falaremos de sua importância para a língua portuguesa mais à frente, e tantos outros vieram na sequência, trazendo o gesto da autoria da escrita de uma gramática para si, como os primeiros gramáticos brasileiros João de Barros (1540), Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1889), Maximino Maciel (1894), Lameira de Andrade e Pacheco Silva (1887), entre outros que participaram, ativamente, da construção do Estado brasileiro por meio dos seus

estudos acerca da língua nacional.

Esses gramáticos, apesar de serem brasileiros, escreveram suas gramáticas em territórios lusitanos devido às influências que sofriam dos autores literários europeus. A primeira gramática publicada no Brasil, e escrita por um brasileiro, foi a denominada *Compêndio da Grammatica Portugueza*, escrita pelo padre Antônio da Costa Duarte (1829). Essa gramática destacava aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da nossa língua e destinava-se ao ensino do idioma nas “Escolas de Primeiras Letras”. Esse aumento de lançamentos de novas gramáticas, cada qual com seu modo de descrever e analisar a língua, perdurou e levou o Estado a criar, em 1958, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que impondo uma homogeneidade terminológica, acabou esvaziando o papel e a importância dos gramáticos.

Como antes os gramáticos exerciam influência em todos os espaços do saber, após o limite estabelecido com a criação da NGB e a nova realidade do país, a influência de suas gramáticas ficara restrita ao estudo da língua nas escolas. O papel de estudar a diversidade da língua se transferiu, então, para a Linguística, que aborda a língua de forma científica. Esvaziada da sua antiga

função, a gramática teria assumido uma outra: a de promover a unificação e a homogeneização da língua em todo o território nacional. Assim, de uma forma completamente diferente, continuou a servir aos interesses do Estado e, de certa forma, continuou legitimando a identidade do brasileiro nesse movimento de unificar a língua nacional, por meio da ampla penetração nas escolas, por exemplo, redutos do saber linguístico.

As primeiras gramáticas receberam nomenclaturas específicas, de acordo com as características de quem as escreviam, como por exemplo, gramática filosófica, gramática racional e gramática histórico-comparativa. As filosóficas começaram a ser escritas na idade média pelos modistas (gramáticos especulativos); nos séculos XVII, XVIII até o início de XIX, começaram a ser escritas as primeiras gramáticas racionais; e a partir da 2ª metade do século XIX, começaram a ser desenvolvidas as gramáticas histórico-comparativas, cujos objetivos eram exatamente as comparações entre o latim e o grego. Essas gramáticas antigas, que ainda não tinham a língua estudada com o *status* de ciência, eram escritas sob várias influências como: latim, grego, escritores de outra língua, dentre outras

possibilidades, porém, sempre tinham como base a escrita literária, sempre referência de língua culta e erudita. Como os escritores brasileiros, ainda, não tinham tanto prestígio, o *corpus* utilizado para compor as gramáticas até a 2ª metade do XIX eram obras literárias somente portuguesas; a partir do século XX, as gramáticas usavam textos literários mesclados advindos de obras brasileiras e de obras portuguesas, devido ao desenvolvimento dos estudos feitos no Brasil e à notoriedade alcançada.

A primeira gramática do Ocidente e a mais antiga, que se tem conhecimento, da língua portuguesa é a do gramático grego, Dionísio Trácio, datada do séc. I a.C., escrita em quinze páginas apenas, já formulava grandes hipóteses acerca da nossa língua, como por exemplo, a divisão do português em oito classes de palavras: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Essas classes de palavras foram desenvolvidas por outros gramáticos, ao longo dos anos, com várias mudanças, mas com algumas continuidades de pensamento como veremos no decorrer desta seção.

A gramática de Dionísio Trácio, intitulada de *Arte da Gramática*, serviu de base para as gramáticas gregas, latinas

e de outras línguas europeias até o Renascimento, tendo sido modelo para a tradição gramatical ocidental. Para esse autor, a gramática era o conhecimento prático de uso da língua pelos poetas e pelos escritores de prosa. É necessário lembrar, neste momento, que a preocupação dos primeiros gramáticos, gregos e latinos, quanto à abordagem que seria feita em suas respectivas gramáticas não era de descrição da língua e de seu uso, como é pensado hoje e estudado pela Linguística moderna. A pretensão era elaborar uma gramática normativa que mostrasse, pedagogicamente, as formas corretas da língua.

Hoje, temos algumas abordagens mais específicas de gramática como a descritiva, a normativa ou prescritiva, a tradicional ou padrão ou, ainda, a escolar e a de usos. Cada uma tem seu papel, sua finalidade e seu lugar na sociedade. O importante é que toda gramática, cada qual com suas especificidades, é elaborada para preparar o usuário da língua para amadurecer e aperfeiçoar sua formação linguística.

É relevante sabermos, também, a definição de gramática: etimologicamente, gramática é um vocábulo grego que significa a arte de escrever, e somada a essa definição,

trazemos a primeira de tantas definições de gramática, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, como sendo um conjunto de prescrições e de regras que determinam o uso considerado correto da língua escrita e falada.

A língua escrita não acompanha com tanta rapidez as mudanças que a língua falada nos traz devido às necessidades de seus falantes, porque o processo de criar uma regra e normatizar um novo uso linguístico é vagaroso. Devido a essas mudanças tão rápidas e contínuas é que podemos dizer que as gramáticas sempre estarão “incompletas” e nunca serão capazes de englobar todas essas alterações e todos os pontos de uma língua. Conforme Bechara (2009) em sua gramática, “há fenômenos ainda não aceitos pelos gramáticos apesar da insistência com que eles penetram na linguagem das pessoas cultas. Não podemos nem devemos ignorar as mudanças linguísticas” (BECHARA, 2009).

Podemos perceber que essa percepção da língua não ocorre somente na percepção dos gramáticos, conforme as palavras de Machado de Assis, citadas a seguir.

Não há dúvidas de que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao

de se afirmar que sua transportação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que ganham força e entram no domínio de estilo e ganham direito de cidade (MACHADO DE ASSIS, 1953, p.147).

Os escritores, sensíveis às nuances da língua, a exemplo de muitos que pensavam e sentiam a língua de várias formas, anteciparam essa visão.

No Brasil, todos falam uma mesma língua, o português. Uma mesma língua, entretanto, que tem diferentes usos que diferirão devido a alguns fatores, tais como os regionais, os culturais, os contextuais, os profissionais, os naturais, dentre outros. Esses usos precisariam estar contemplados nas gramáticas de língua portuguesa, mas sabemos que as mudanças que ocorrem, tão rapidamente na língua oral, não acontecem da mesma maneira na língua escrita.

Recentemente, em 2013, tivemos um exemplo que nos remete ao passado, e que nos faz repensar anos e anos de mudanças, de lutas e de estudos. Trata-se do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Entendemos ser essa uma questão muito mais da área política que da Linguística, principalmente, se analisarmos, do ponto de vista histórico, os fatos que cercam essa temática;

porém, não devemos nos esquecer que a gramática, no papel de objeto histórico, foi e é considerada um lugar de construção e de representação da unidade e da identidade brasileira.

Os primeiros gramáticos brasileiros como Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1889), Maximino Maciel (1894), Lameira de Andrade e Pacheco Silva (1887), entre outros, participaram da construção dessa unidade e dessa identidade por meio de suas gramáticas. Entendemos a importância de todos os autores-gramáticos e estudiosos da língua que iniciaram seus estudos sobre a nossa língua portuguesa e percebemos a necessidade constante, devido à dinâmica da língua, de dar uma continuidade aos processos e partir para um refinamento das ideias e dos estudos já começados tanto no presente quanto no futuro. Por isso, nenhum estudo, por mais antigo e mais estranho que nos pareça hoje, pode ser ignorado ou deixado de lado.

É necessário, nesse momento, falar da importância da primeira gramática, escrita por Fernão de Oliveira (1536), intitulada de *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, para falar da relevância desse estudo inicial para os demais estudiosos da língua, pois o autor estabeleceu um sistema ortográfico para

a língua portuguesa, por ele definido como a “arte que ensina a bem ler e falar”. Em sua gramática, Fernão de Oliveira (1536) deu destaque aos aspectos sonoros da língua, agora conhecidos como fonologia, e criou regras de sintaxe, também.

O processo de gramatização brasileira do português constitui um saber sobre a nossa língua e as nossas singularidades, que envolve a historicização da língua, no território nacional. Desta maneira, a identidade linguística e a identidade nacional trazem entre os componentes de sua formação a constituição de uma autoria nas gramáticas brasileiras no século XIX, importantíssimas naquele contexto histórico-linguístico. Esses gramáticos brasileiros foram sujeitos históricos relevantes para uma produção legítima de conhecimento sobre a nossa língua, que corresponde a um ato de apropriação e de autoria dessa língua. Além disso, essa autoria legitima tanto a relação do brasileiro com a escrita, que passamos a ter uma língua, uma gramática, e muitos sujeitos brasileiros da nossa própria escrita.

Enfim, o que percebemos em nossa historiografia linguística é que houve mais continuidade dos estudos iniciais acerca da nossa língua, ao longo do tempo, que rupturas totais de teorias e

retomadas de novos estudos do zero. O que gostaríamos de afirmar e de refletir é que todos os estudos, considerando os mais básicos, a respeito da língua portuguesa são importantes. Todos nos trouxeram pontos de partida para outros estudos e para aperfeiçoamentos, ou seja, refinamentos das teorias já expostas. Apresentaremos a seguir as questões teóricas, ou seja, os estudos abordados pelos gramáticos sobre a temática de flexão de gênero em nossa língua, contrastando as teorias já postas e as dúvidas que o próprio uso da língua, em seu dia a dia, nos gera. Além disso, traremos a discussão atual sobre o gênero dos substantivos em nossa língua, que não é diferente do resto do mundo nesse momento.

Fundamentação teórica

Dentre os processos morfológicos do português, a flexão e a derivação são temas presentes nos estudos linguísticos, além de bastante discutidos no meio acadêmico. Existem, entretanto, dificuldades quanto à classificação das categorias de gênero como processos flexionais ou derivacionais. Essa dificuldade não foi sanada porque, ainda, não se chegou a um consenso acerca dessa temática, uma vez que o gênero dos substantivos pode fazer parte do

processo de flexão ou do processo de derivação, como divergem alguns autores. A falta de uma demarcação clara das fronteiras entre esses dois processos, tanto a flexão quanto a derivação, é um dos problemas centrais da morfologia contemporânea. Por tudo isso, precisamos expor, antes de continuar as explicações a respeito dessa temática, os conceitos de flexão e de derivação. Para tal, traremos a seguir os conceitos de Câmara Jr (1972), Azeredo (2000), Borges Neto (2012), Trask (2013), dentre outros estudiosos da língua.

O estudo de Câmara Jr. (1972) vai além da nossa tradição gramatical porque essa tradição sempre considerou a marca mórfica de gênero como um mecanismo flexional.

A análise de Câmara Jr. (1972), primeiro linguista estruturalista formado pela escola neogramática, refina algumas questões que a gramática tradicional abordou sobre a temática de gênero. Esse autor, também, diz que todos os nomes substantivos, animados ou não, possuem gênero, apesar de nem todos serem providos de sexo. Como esse autor entendia serem muito confusas as definições de derivação e de flexão nas gramáticas tradicionais, por meio de inúmeros estudos sobre essa temática, acabou definindo derivação como um

processo assistemático, não obrigatório e aberto, destinando, assim, a criação de novas palavras; por seu turno, flexão como sendo um processo que vai variar qualquer vocábulo para expressar dadas categorias gramaticais, cujas características são a regularidade, a concordância e a obrigatoriedade. Para Câmara Jr. (1972) a confusão em relação à flexão de gênero acontece devido à incompreensão semântica da natureza das flexões, que acaba sempre sendo associada ao sexo dos seres. Para tentar resolver essa confusão, o autor faz as seguintes considerações:

(...) gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo; quer designem apenas coisas. (...) mesmo em substantivos referentes a animais ou a pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes, como em: homem, mulher, criança. (CÂMARA JR. 1972)

Para Câmara Jr. (1972), a classificação dos nomes está dividida em subclasses que são definidas pela ocorrência ou não de um morfema classificatório, representado, por sua vez, por uma vogal átona final, a vogal temática, e sem relação com o conceito de gênero. Admitido o conceito de vogal temática, também segundo esse autor, teremos duas macrocategorias de nomes: os

temáticos e os atemáticos. Os do primeiro grupo seriam caracterizados pela presença de uma vogal temática (-a, -e ou -o átonos, sendo ou não oriundos do latim); enquanto os do segundo grupo seriam caracterizados por não apresentarem esse morfema (exemplos: metrô, ônus, tórax etc.). Ainda nessa seara, é relevante observar o que diz Câmara Jr. (1972):

[...] Na descrição da flexão de gênero em português não há lugar para os chamados “nomes que variam em gênero por heteronímia”. O que há são substantivos privativamente masculinos, e outros, a eles semanticamente relacionados, privativamente femininos.

Esse teórico acrescenta ainda que: “A flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: O acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional -a (/a/ átono final) com a supressão da vogal temática, quando ela existe no singular: lob (o) + a = loba; autor + a = autora”; alun (o) + a= aluna (CÂMARA JR., 1972). O gênero é uma classificação em classes mórficas para os nomes. A oposição de gênero serve, frequentemente, para separar os seres opondo semanticamente as palavras, como por exemplo, jarro / jarra, barco / barca etc. Outro motivo pelo qual a confusão se instaura é em relação à flexão de gênero, devido à não distinção

entre a flexão e certos processos lexicais ou sintáticos que marcam sexo. Neste caso, a palavra mulher não é o feminino da palavra homem, como prescrito em algumas gramáticas.

Câmara Jr. (1972) desfaz todos os argumentos que insistem em atrelar gênero ao sexo, e generalizações que dizem que o masculino é comumente a forma marcada da língua. Esse autor nos apresenta um ponto de vista importante para a discussão desse tema, ao assumir que a forma masculina se trata de uma forma geral e não marcada; como não é marcada, faz sentido utilizá-la para generalizações. Por isso, quando há uma reunião, por exemplo, composta por um homem e várias mulheres, usamos o masculino genérico para nos referirmos às pessoas presentes. O que de fato fica marcado em nossa língua é o feminino. Passando por gramáticas ainda mais antigas como a do Gomes (1904), por exemplo, encontramos a seguinte explicação para gênero:

é a flexão com que os nomes indicam o sexo real ou imaginário dos seres. Há verdadeiramente dois gêneros em português: o masculino e o feminino. São masculinos os nomes de animais machos, femininos os de fêmeas de animais. Os outros nomes que indicam seres destituídos de sexo, não deveriam ter gênero ou deveriam pertencer ao gênero neutro (GOMES, 1904, p.64).

Percebemos nas palavras desse autor que o conceito dado por ele sobre gênero apresenta muitas marcas, ainda, do latim e que outros autores contemporâneos, também, a perpetuavam. A gramática de Ribeiro (1881) foi um pouco além do conceito de Gomes (1904), trazendo-nos uma explanação um pouco diferente. Gênero para esse autor é “a distinção flexional dos nomes, em relação ao sexo das coisas por elas significadas ou modificadas” (RIBEIRO, 1881). Há dois gêneros no português: o feminino e o masculino; porém, o gênero do substantivo é determinado pela significação do tema ou pela flexão, como podemos observar na seguinte afirmação do autor:

a flexão nominal, perfeita relativamente ao número e ao grau, é deficiente no que diz respeito ao gênero: na maior parte dos casos há necessidade de pedir ao tema a significação do substantivo para, determinar o gênero a que ela pertence. Em geral, pode-se dizer que as regras tiradas da desinência para determinar o gênero de um substantivo, estão sempre subordinadas as que se tiram da significação do tema (RIBEIRO, 1881).

Ribeiro era um autor consciente e ciente das deficiências quanto à flexão de gênero dos substantivos em nossa língua; porém, na época dele não havia muitos estudos nessa área para conseguisse

desenvolver um pouco mais seus conceitos.

Os estudos de Said Ali (1923), ao abordar em sua gramática a questão de gênero dos substantivos em nossa língua, afirma que fazemos em português a distinção somente entre feminino e masculino,

e que masculino é todo o nome a que se antepor o artigo -o, ou ajuntar qualificativos terminados em -o, e ainda se for substituível pela palavra ele (pronome); e que feminino é o nome a que se antepõe o artigo -a, ou a que se ajuntam qualificativos terminados em -a, e que podem ser substituídos pelo vocábulo ela (pronome) (SAID ALI, 1923).

Esse autor, também, aponta para a distinção entre macho e fêmea para falar de masculino e feminino, respectivamente, e confirma que os substantivos terminados em -o são masculinos e que os femininos se formarão a partir da mudança de terminação do vocábulo para -a. Como há muitas exceções na língua, Said Ali (1923) vai justificando as exceções às regras e colocando muitos “poréns” na sua gramática para tentar justificar o que sua teoria não contempla, mas que serviram deveras para os gramáticos que vieram depois dele.

Observamos que a formulação do conceito de flexão de gênero dos

substantivos apresenta algumas divergências e que há uma tendência a ensinar a flexão de gênero como tendo uma irrevogável relação com o sexo dos seres (critério biológico). Essa maneira de ensinar acaba induzindo a uma confusão entre flexão de gênero e outros processos lexicais, como por exemplo, o processo de derivação, conforme Bechara (2009), exposto nesta seção. Para acrescentarmos às visões dos demais autores abordadas até agora, trazemos a perspectiva de Azeredo (2000) quanto à distinção entre flexão e derivação:

a derivação é um processo que dá origem a novos lexemas ou palavras [...], enquanto a flexão produz variações de forma de um lexema, dando origem ao que chamamos de vocábulos morfossintáticos. Os dicionários registram os lexemas, e não os vocábulos morfossintáticos, porque estes são formas flexionadas. O conceito de flexão é incompatível com a quantidade de exceções observada na classe dos substantivos. Para muitos substantivos em -o não existe contraparte feminina [...]; já em outros pares de nomes, a fêmea é designada por meio de um lexema que nenhuma regra é capaz de produzir [...]. A flexão expressa a variação formal da mesma palavra [...]. A atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva é uma forma de criar um novo substantivo, isto é, um processo de derivação (AZEREDO, 2000)

Com essa conceituação, Azeredo (2000) tenta nos esclarecer um pouco essa temática, não muito simples, complementando o que Câmara Jr. (1972) postulou. O gramático Azeredo conceitua gênero da seguinte forma:

gênero é uma propriedade gramatical inerente aos substantivos e que serve para distribuí-los em dois grandes grupos: nomes masculinos e nomes femininos. Todo substantivo pertence, portanto, a um gênero, que ordinariamente vem indicado nos dicionários. O gênero é, de um modo geral, uma característica convencional dos substantivos historicamente fixada pelo uso. Isso explica por que alguns substantivos mudaram de gênero ao longo do tempo [...] (AZEREDO, 2000).

Algumas flexões de gênero têm distinções nos conteúdos lexicais e são de fácil identificação e entendimento, como por exemplo, “porco e porca / carneiro e ovelha”; já, outros não possuem qualquer fundamento teórico, além das convenções sociais, como por exemplo, “brilho, sol, parede”, entre outros. Por isso, Azeredo (2000) fala da incompatibilidade do conceito de flexão em meio à quantidade de exceções à regra, observadas na classe dos substantivos. A atribuição de um gênero diferente a uma unidade lexical substantiva acaba sendo uma forma de

criar um substantivo novo. Portanto, trata-se de um processo de derivação. Por concordarmos que a temática, ainda, não foi totalmente esclarecida, trazemos mais algumas teorias para tentarmos chegar a uma conclusão. Trazemos a seguir as visões dos estudiosos da língua Trask (2013) e Borges Neto (2012), respectivamente, para tentarmos elucidar tal questão. Trask (2013) distinguiu derivação e flexão da seguinte forma:

a questão-chave é distinguir a derivação da flexão. Quando acrescentamos certos afixos a escrever, produzindo formas como escreve, escrevendo e escrevi (e também, de maneira mais complexa, escrito) não obtemos palavras novas, mas apenas formas gramaticalmente distintas da mesma palavra: isso é flexão. Não se esperaria encontrar verbetes de dicionários diferentes para todas essas formas: basta um único verbete para todas elas, com o título escrever. Mas outros afixos produzem palavras autenticamente diferentes, como reescrever, sobrescrever, escritor, e estes são exemplos de derivação. Para estas palavras, espera-se encontrar verbetes de dicionário distintos, mesmo que um dicionário menos abrangente possa não dar atenção a reescrever, cujo significado é tão evidente. (TRASK, 2013)

Borges Neto (2012) conceitua flexão e derivação da seguinte maneira:

a primeira, a flexão, indica as modificações sofridas pela ideia veiculada pela palavra; já a segunda, a derivação, é o processo de obter novas

palavras a partir de outras. Enquanto as noções básicas envolvidas no processo flexional são as noções de raiz (ou radical), na desinência as noções básicas envolvidas no processo derivacional são primitivo, derivado e afixo (BORGES NETO, 2012).

Como dissemos anteriormente, gramáticos mais antigos tratavam o gênero dos substantivos como oriundo de um processo flexional. Entretanto, estudiosos mais recentes da língua portuguesa apontam para um questionamento sobre derivação de gênero ao invés de flexão. Percebemos pelas comparações das gramáticas que a flexão de gênero dos substantivos vai muito além do acréscimo ou da troca pelo morfema *-a*. Conseguimos identificar que a mudança de gênero dos substantivos pode ser feita por flexão, por derivação e por desinências. Logo, entendemos que o gênero dos substantivos deveria ser colocado na categoria morfossintática em nossa língua. A maior parte dos substantivos na língua portuguesa tem um gênero próprio, considerado permanente. Devido a essa questão, são exigidos determinantes flexionados que caracterizam o gênero ao qual se referem. Dessa maneira, o gênero não está relacionado a uma opção, pois há uma convenção acerca da marca morfológica de gênero nos quais os

substantivos se enquadrarão.

A construção de frases como “Ele é mi namorade”³ (=Ele ou ela é minha ou meu namorado ou namorada), conjugadas a partir das propostas de um gênero neutro na língua portuguesa, implica em um processo muito complexo, pois envolvem características morfosintáticas da língua, com adaptações totais dos sintagmas nominais.

Outra questão necessária, referente ao gênero é que, embora a NGB não reconheça a existência do gênero neutro em língua portuguesa, ficamos na dúvida quanto à classificação de gênero de palavras como “importante” e “diferente”, por exemplo. No latim vulgar, que deu origem à língua portuguesa e à francesa, por exemplo, existiam os três gêneros: feminino, masculino e neutro. Os três gêneros em língua francesa ainda existem, mas na língua portuguesa não mais. Os autores mais antigos como Barbosa (1822), por exemplo, ou seja, os gramáticos anteriores à NGB, ainda, afirmavam que os adjetivos neutros existiam e que eles se referiam às ideias, às coisas, ou ainda, que não deveriam pertencer a gênero algum.

³Em resumo, a proposta de uma Linguagem Neutra tem o propósito de incluir todos os grupos na comunicação e

No processo de dialeção do latim para as línguas românicas, ocorreu uma simplificação da declinação nominal, ocasionando o desaparecimento de muitas formas, dentre elas, a supressão do gênero neutro, reduzindo o gênero em língua portuguesa a somente dois: o feminino e o masculino. Nessa transição do latim para o português, as semelhanças morfosintáticas entre o masculino e o neutro fizeram com que ambas as categorias fossem resumidas a uma só, o masculino que conhecemos hoje.

Na era pós- NGB, a classificação de gênero dos substantivos é feita em uniforme ou biforme. Os substantivos uniformes, por sua vez, dividem-se em sobrecomuns, comuns de dois gêneros e os epicenos ou promíscuos. Quando tratamos dos substantivos sobrecomuns, o gênero é determinado gramaticalmente, ou seja, identificaremos se trata de macho ou de fêmea, de acordo com a referência anafórica ou catafórica do contexto. Ao falarmos em substantivos comuns de dois gêneros, o gênero é marcado pelo determinante; dos substantivos epicenos, pelas palavras macho e fêmea. Na análise tradicional, as vogais finais -o e -

apresenta propostas de alteração do idioma, como novas grafias, por exemplo.

a são indicações de masculino e feminino, respectivamente, ou seja, são marcadores de gênero. Então, como explicar o gênero nas palavras que terminam em -e, -i ou -u, ou ainda, em palavras terminadas por consoantes, por exemplo?

Bechara (2009) afirma que o par “barca e barco” não é considerado uma flexão de gênero. Trata-se de palavras marcadas pelo processo de derivação, pois possuem semânticas diferentes, apesar de no registro, haja, apenas, o uso de -o e -a, que as diferenciam. O eminente filólogo afirma que “a flexão consiste, fundamentalmente, no morfema aditivo sufixal acrescido ao radical, enquanto a derivação consiste no acréscimo ao radical de um sufixo lexical ou derivacional, como nos exemplos, a seguir: casa + s = casas (flexão de plural); casa + inha = casinha (derivação)” (BECHARA, 2009, p.132). Acrescenta, ainda que, apesar da aparente distinção genérica pela flexão, nos casos como menino/menina, a separação entre substantivos de gênero masculino e feminino depende de sua classe léxica e não do simples fato de terminarem em -o e -a, formando, assim, pares opostos.

Ao longo da nossa história, existiram alguns femininos que foram

questionados e causaram estranhamentos também. Isto aconteceu e, ainda acontece, porque aprendemos outrora que substantivos terminados em -e são, geralmente, uniformes. Os substantivos comuns de dois gêneros obtêm a distinção entre masculino e feminino, antepondo o artigo o ou a, ou ainda, por meio de outro determinante, como por exemplo, o (a) estudante, o (a) gerente, o (a) paciente, entre outros.

Há, todavia, um grupo de estudiosos como Celso Cunha (1970), Rocha Lima (1972), entre outros, que aceitam a flexão normal de gênero (genuína e histórica) trocando o -e pelo -a, nas palavras exemplificativas “elefante / elefanta, governante / governanta, infante / infanta”, etc. Celso Cunha (1970), por exemplo, aborda gênero em sua gramática da seguinte maneira:

há dois gêneros em português:
masculino e o feminino. O masculino é o termo não marcado e o feminino é o termo marcado. Pertencem ao gênero masculino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo o: o aluno, o pão, o poema, etc. Pertencem ao gênero feminino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo a: a casa, a

mão, a fazenda etc.
(CELSO CUNHA,
1970)

Segundo Cunha e Cintra (2001), a língua portuguesa nos leva a pensar que os únicos substantivos que flexionam em gênero são aqueles que se referem aos animais e aos seres humanos, porque os substantivos que se referem às coisas e aos sentimentos, por exemplo, ficam, na maioria das vezes, sem flexão, como o caso dos femininos das palavras “retrato” e “entendimento”, e dos masculinos das palavras “cadeira” e “realização”. Para Rocha Lima (1972), o gênero em nossa língua é uma mera classificação gramatical dos substantivos em dois grandes grupos, o feminino e o masculino; sendo “o masculino o substantivo que se puder juntar à forma masculina de um adjetivo, ou ao artigo o, e o feminino, o que se puder juntar à forma feminina de um adjetivo, ou ao artigo a”. Continuando suas explanações a respeito dos gêneros dos substantivos, esse autor afirma que

tal interpretação, a única objetiva e coerentemente certa, se estende aos casos em que um sufixo derivacional se restringe a um substantivo em determinado gênero, e outro sufixo, ou a ausência de sufixo, em forma nominal não derivada, só se aplica ao mesmo substantivo em outro gênero. Assim, imperador se caracteriza, não

flexionalmente, pelo sufixo derivacional –dor, e imperatriz, analogamente, pelo sufixo derivacional –triz. Da mesma sorte, galinha é um diminutivo de galo, que passa a designar as fêmeas em geral da espécie galo, como perdigão é um aumentativo limitado aos machos da perdiz. Dizer que –triz, –inha ou –ão são aí flexões de gênero é confundir flexão e derivação. (LIMA, 1972)

Consideramos o exposto em Lima, depreende-se que esse autor não considera os sufixos formadores do feminino de “imperador” e “galo” e do masculino de “perdiz” como flexionais. Portanto, podemos concluir que os vocábulos mencionados têm o gênero indicado por meio de sufixos derivacionais.

Câmara Jr. (1972) contestou, em vários momentos, as gramáticas tradicionais e os livros didáticos sobre algumas questões abordadas, mas em relação à classificação tradicional dos substantivos, esse autor resolveu facilitar o aprendizado, dispondo os substantivos da seguinte forma: (i) o primeiro grupo reúne os substantivos de um único gênero, como por exemplo, (o) cônjuge, (a) pesquisa, (o) sapato, (a) mulher, etc.; (ii) o segundo grupo reúne os nomes de dois gêneros, sem flexão, como por exemplo, (a,o) dentista, (a,o) estudante, etc.; (iii) o terceiro grupo é destinado aos substantivos de dois gêneros, com uma

flexão, como por exemplo, (a) alemã, (o) alemão, etc.

Ao tratar da morfologia flexional, gramáticas normativas e livros didáticos colocam o gênero e o número em um mesmo nível. Entretanto, estudos mais recentes começam a discordar de que a flexão é a responsável pela indicação do gênero, pois, sendo a flexão um processo fechado e obrigatório, imposto pela estrutura da frase, torna-se sistemático. Botelho (2004) entende, portanto, que a derivação é um processo aberto, não obrigatório e assistemático, já que o falante possui, em seu léxico, uma variedade de afixos dos quais podem ser escolhidos aqueles que melhor satisfazem a sua necessidade comunicativa.

Na perspectiva de Botelho (2004), o morfema –a não deve ser caracterizado como formação exclusiva do gênero feminino na língua portuguesa, tampouco sistemático, visto não haver regras para expressar a categoria morfológica de gênero. Desse modo, tal morfema se iguala aos demais, passando a constituir o processo de derivação, e não o de flexão, ao contrário do que afirma Câmara Jr. (1972). Botelho (2004) afirma que não há completude dos morfemas denotadores de gênero, pois muitos desses que exercem essa

função linguístico-discursiva não apresentam uma forma correspondente, masculina ou feminina. “Casa” e “terra”, por exemplo, não possuem um correspondente no gênero masculino (não existem “caso” e “terro”), sendo o –a átono final, em ambas as palavras vogais temáticas nominais, como podemos verificar a seguir.

[...] o morfema de gênero “-a” pode ser observado em: “menin-o/a”, “lob-o/a”, “mestr-e/a”, “elefant-e/a”, “cantor-/a”, “oficial-/a” e outras. Já não se pode observá-la [sic] em “cas-a” (apesar de ser feminina), nem em “planet-a” (exclusiva e convencionalmente masculina) ou em “artist-a” (que de acordo com a intenção do falante é masculina ou feminina – nesse caso, o gênero é explicitado por um determinante do tipo artigo). Nestas e em outras formas de temas nominais diversos (“carro”, “tribo”, “dente”, “mente”, “sofá”, “jacaré”, “caqui”, “tatu”, “amor”, “sol”, “cal”, “pudim”, “mártir” e outras), não há nenhum índice morfológico de gênero. (BOTELHO, 2004)

Quando Castilho (2010) aborda essa questão de gênero em sua gramática, o autor faz referência ao latim vulgar, porque faz parte da origem da nossa língua. Esse autor nos mostra que, em latim, os gêneros eram três: feminino, masculino e neutro. Ele diz, também, que a redução dos casos e das declinações do latim fizeram do -a o morfema do

feminino da nossa língua atual.

Trask (2013) afirma que “na maioria das línguas, a derivação é um dos principais meios para obter palavras novas com base nas que já existem”. Desse modo, “menina” é uma palavra derivada de “menino”, por meio da comutação do morfema –o por –a, o que revela duas realidades diferentes e que, portanto, estão presentes nos dicionários. A troca de –o por –a denota dois significados distintos, o que exclui qualquer possibilidade de que tais morfemas, por serem mais gerais no português, sejam flexionais, sendo a derivação atribuída a afixos os quais, por sua vez, são restritos a determinados vocábulos.

Ao estudarmos historicamente o gênero dos substantivos, percebemos que, em um dado momento na nossa língua, a flexão de gênero já foi determinada por seu uso e que poderia depender, também, da variedade da língua utilizada. Como exemplo de mudanças ocorridas pelo uso, podemos destacar as palavras “fim”, “mapa”, “planeta”, “fantasma”, “mar” que já foram utilizadas como palavras femininas e, hoje, são usadas como masculinas. O contrário também existe: palavras que, no passado, foram usadas como masculinas, como por exemplo, “árvore”, “língua”, “catástrofe”, “tribo”, entre outras, atualmente, são

usadas como femininas.

O que conseguimos depreender dessa mudança de gênero de alguns substantivos ao longo dos anos é que não há, nesse processo morfológico, uma rigidez na língua. Bechara (2009) afirma que essas transformações podem ocorrer devido a aproximações semânticas entre palavras, como sinônimos e antônimos, por exemplo, à influência da terminação e, também, ao contexto léxico. Uma palavra pode mudar de sentido quando há uma mudança de gênero, como por exemplo, o cabeça, a cabeça, ou ainda, o moral, a moral, dentre outras possibilidades. A distinção do gênero em nossa língua é fixada pela tradição do uso e pela norma, não possuindo fundamentos racionais, como afirma esse autor. Devemos refletir, também, sobre o fato de que nem todas as palavras que terminam em -o, na nossa língua, são, necessariamente, masculinas e, que nem todas as palavras que terminam em -a são, igualmente, femininas, como por exemplo, a tribo (gênero feminino), a libido (gênero feminino), a aço (gênero feminino), o progra (gênero masculino), o telegrama (gênero masculino), o anagrama (gênero masculino), dentre outras possibilidades. A inconsistência do gênero gramatical fica, ainda mais clara, para esse autor,

quando comparamos uma mesma palavra em duas línguas diferentes e identificamos que, em dada língua, trata-se do gênero feminino; na outra, a mesma palavra está enquadrada no gênero masculino. Para melhor exemplificar a fala de Bechara (2009), trouxemos a palavra “mar” que, em português, é um substantivo masculino (o mar); em francês, é um substantivo feminino (*la mer*); em espanhol, *el mar* é masculina, no uso geral, mas pode ser feminina (*la mar*), no uso literário. A palavra “manhã”, em português, um substantivo feminino (a manhã); em francês, é um substantivo masculino (*le matin*), o que não causa espanto, porque cada língua representa uma visão de mundo diferente.

Conseguimos perceber que os paradigmas da flexão apresentam comportamento bastante diferenciado dos paradigmas de derivação. Nos paradigmas derivacionais, existem várias lacunas, algo que não acontece nos flexionais, porque esses tendem a ser mais padronizados. A completude dos paradigmas flexionais pode ser constatada devido a dois fatores fundamentais: a) o alto grau de aplicabilidade das marcas flexionais, e b) a generalidade de seus significados.

O importante é saber que o gênero é e

precisa ser atribuído a todos os substantivos, porque como o núcleo da frase, geralmente, é um substantivo e todos os termos precisam concordar com ele. O gênero do termo principal precisa ser claro e estar bem definido para que não haja dúvidas e para que sejam feitas as devidas concordâncias; ou seja, os substantivos são os determinantes principais dos gêneros dos artigos e dos adjetivos que os acompanham e não o contrário, como muitos gramáticos mais antigos falavam. Por isso, o gênero figura no quadro da flexão. É mecanismo obrigatório O autor do texto pré-escolhe o substantivo que vai usar, para depois o adequar ao melhor artigo e adjetivo dentre de seu propósito comunicativo. Como os adjetivos e os pronomes estão atrelados aos substantivos, eles terão sua flexão obrigatória, de acordo com o gênero do substantivo que estão acompanhando e serão de fácil reconhecimento.

Câmara Jr (1972) considera as formas aumentativas e diminutivas, unicamente, como formas derivadas, não existindo, portanto, flexão alguma. Para esse autor, a gradação morfológica não pode ser considerada como flexão, pois não é algo obrigatório nem sintática, nem morfológicamente. Devemos lembrar, também, que o significado dos afixos s é

determinado pelo contexto sociointeracional, pois só, contextualmente, poderemos depreender o verdadeiro significado e a real intenção comunicativa do emissor. Neves (2018) corrobora a visão de Câmara Jr. e com a de outros autores de que o grau dos substantivos é feito por derivação.

Neves (2018) afirma que o substantivo é a única classe de palavras da nossa língua que possui em si um gênero gramatical (feminino ou masculino), diferente do sexo dos animais, por exemplo. A principal distinção entre os conceitos biológicos e social do termo gênero está centrado na incompatibilidade entre o primeiro ser determinado socialmente e o segundo ser construído, socialmente. Como sabemos o masculino gramatical não é uma forma que marca o chamado “gênero masculino”, sendo, na verdade, um traço mais neutro do que “sexual”.

Faz-se necessário, também, distinguir sexo biológico de identidade de gênero; é importante que seja definido o gênero linguístico-gramatical como completamente distinto de quaisquer acepções exteriores à linguagem, sejam elas de cunho biológico ou de cunho social. Essa autora postula que, no geral, o feminino se faz com a mudança da letra final para a ou com um acréscimo na

terminação, diferenciando assim do masculino. Como essa autora concorda com a maioria das visões dos demais autores, referências, nesse artigo, optamos por não repetir as informações trazendo as ideias de Neves.

Tivemos, recentemente, um exemplo bem questionado sobre gênero dos substantivos em nossa língua, relativo ao uso da palavra “presidenta”. Nunca havíamos nos preocupado com o feminino da palavra presidente, porque não houve, até 2015, no país uma presidente mulher; porém, quando a senhora Dilma Rousseff tomou posse como líder supremo do Poder Executivo em nosso país, houve um forte apelo ao uso da palavra “presidenta” e questionamentos de porque não usar essa “nova” forma. Se retomarmos os estudos de Celso Cunha (1970), de Rocha Lima (1972), dentre outros autores, que aceitavam a flexão nominal de gênero trocando o -e pelo -a, conforme já apresentado nesse artigo, entendemos ser totalmente possível e plausível o uso da palavra presidenta como representante do gênero feminino da palavra presidente.

No cenário atual, temos a intenção de alguns grupos sociais, que gostariam de se ver totalmente inseridos, respeitados e aceitos na sociedade, ou seja, de que a

língua abarcasse a todos; logo, a militância inicial era para alterar a língua, adicionando o “X” ou @ em todas as palavras para não existir a distinção de gênero. Esse pedido de alteração da língua, nessas formas específicas, acabou sendo entendido como impraticável para a pronúncia, ficando restrito, caso fosse aceito, somente à língua escrita. Por isso, outra forma para tornar neutra a língua foi pensada e chegaram à conclusão de que acrescentando o -e no final das palavras abarcaria todos os grupos que se sentem excluídos, não havendo repercussão negativa no uso tanto da escrita, quanto na fala.

Logo, continuaríamos com o gênero masculino e o feminino, e acrescentaríamos o gênero neutro como os exemplos a seguir: todos - todas - todes, menino – menina – menine, aluno – aluna - alune, amigo – amiga – amigue, bonito – bonita – bonite etc. Como podemos ver nesses poucos exemplos apresentados, essas novas formas dos substantivos acarretam mudanças também em outras classes que os acompanham como os pronomes, adjetivos e artigos. Os artigos que definem os gêneros no português ficariam -o, -a e -ê. O -e que demonstra a neutralidade do gênero das palavras teria

um acento para diferenciar da conjunção. O que se vê, atualmente, segundo partes minoritárias da sociedade, é uma língua que exclui as “novas” ideologias de gênero. O que essa parte da atual sociedade quer é se ver representada e incluída em algo tão importante e representativo como a língua. Afinal, a língua é a identidade de um povo e representa a realidade, acompanhando a trajetória sócio-histórica e as transformações ocorridas nas sociedades; logo, partes da sociedade que se sentem excluídas querem se ver representadas, também, na língua e em todos os seus aspectos.

Entendemos que essa pauta levantada envolve uma discussão mais ideológica que gramatical, pois não entendemos que a língua seja machista de fato. Como as mudanças linguísticas são lentas, graduais e dependem de outros fatores para acontecer, acreditamos que tais mudanças que implicam questões fonológicas, morfológicas e sintáticas, não aconteçam tão cedo, pois precisam atingir o pensamento da maior parte da sociedade, com mudanças de pensamento e de atos de fala, para depois atingir a estrutura da língua e entrar nas gramáticas.

Não podemos nos esquecer de que o gênero é uma questão socialmente

construída e de que o gênero em língua portuguesa é determinado, na maioria dos casos, mais pelo artigo que pelas vogais temáticas. Outra questão importante de se destacar é a de que com o acréscimo de um -e no final das palavras para designar uma palavra neutra não muda a teoria sobre gêneros que muitos estudiosos da língua e gramáticos já elaboraram e que falamos ao longo de artigo, de que o -o no final das palavras não é um marcador de gênero masculino, senão, uma vogal temática; que o -a, por sua vez, no final das palavras é sim um marcador do gênero feminino, sendo nomeado como desinência de gênero. Será o mesmo que acontecerá com o -e no final das palavras, caso essa mudança ocorra em nossa língua, o -e será considerado como marcador do gênero neutro, ou seja, desinência de gênero relativo à neutralidade das palavras. Logo, teremos três gêneros como havia no latim, nossa língua-origem.

Ao longo da nossa história linguística, outras questões aparecerão para serem discutidas. O que podemos fazer no momento para que essas demandas sejam atendidas de maneira, minimamente, satisfatória, é nos utilizarmos da própria língua para tentarmos eliminar o discurso

preconceituoso, como por exemplo, no lugar de falarmos alunos ou alunas, podemos dizer estudantes. Outro exemplo é no lugar de falarmos diretor ou diretora, podemos dizer dirigente. Enfim, podemos nos utilizar de formas já existentes na língua para não demonstrarmos a binaridade das palavras existentes em língua portuguesa. Com isso, não resolvemos todos os problemas, nem todas as “novas” demandas linguísticas, mas, temporariamente, conseguimos trazer um pouco da neutralidade já existente na língua para nossos projetos de dizer.

É importante dizermos que toda verdade sobre a língua é relativa e provisória; relativa, porque tudo dependerá do momento no qual estamos vivendo e vivenciando a língua, sob a luz de qual teoria estamos nos baseando, dentre outras possibilidades; e provisória, porque o que foi estudado nos primórdios das gramáticas da língua portuguesa, não necessariamente, é aceito ou cabe nos estudos atuais. As primeiras gramáticas servem como base e nunca serão deixadas de lado; porém, novos estudos surgem a partir delas ou para confrontá-las, fazendo parte, dessa maneira, de um processo da língua e do amadurecimento linguístico. De fato, não conseguiríamos viver, atualmente,

com a primeira gramática escrita da língua portuguesa, depois de tantas mudanças na nossa fala e na nossa escrita, depois de tantas demandas sócio-histórico-culturais.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Sabemos que aprender e ensinar uma língua não são fáceis tarefas. Podemos dizer que não há um pacote de receitas didáticas, com explicações detalhadas que nos ensinem e nos mostrem como devemos fazer. O que existem são concepções que, ao serem analisadas e estudadas, podem provocar reflexões a respeito do que pode ser mais eficaz em determinada situação de ensino. Essas reflexões são, indubitavelmente, fundamentais e necessárias para a formação continuada dos professores de línguas. Nós, professores, precisamos estar sempre abertos às transformações pelas quais passa o mundo e aos modos como os seres humanos se comunicam e interagem linguística e socioculturalmente.

Expomos a discussão atual sobre a temática relativa ao gênero na língua portuguesa, pois há uma militância contra um suposto machismo no português brasileiro, assim como em outras línguas ao redor do mundo, o que envolve também um posicionamento

político; e como todo posicionamento, ainda mais o político, há sempre uma polêmica e/ou uma polarização de alguns. Em nosso passado, houve a discussão sobre a língua portuguesa ser machista ou não, e pela historicidade da nossa língua, entendemos, hoje, que a língua por si só não é machista. Entretanto, essa não é uma discussão nova, pois ela, de tempos em tempos, reaparece. A conclusão a que chegamos é a de que a língua não é machista. Pode ser considerado machista quem faz o uso “incorreto” da língua, tendenciando seu discurso. Acrescentar o X, o @, o -e ou qualquer outro símbolo que significa neutralidade e inclusão de todos na língua são consideradas medidas polêmicas que precisam ser mais bem analisadas e avaliadas por todos os envolvidos.

A história de mudança e de variação das línguas tem nos mostrado que, embora possamos alterar a língua a cada momento que nos colocamos em uma situação nova de comunicação (em uma microssociedade), as alterações mais profundas das suas características estruturais da língua só acontecerão com as transformações sócio-histórico-culturais, o que demandará um processo longo e contínuo. A institucionalização de uma mudança linguística só

funcionará, se as condições de vida e a produção de necessidades e de valores sociais dos falantes forem compatíveis com essa mudança. Esse fato independe do uso que o falante faz das ocorrências linguístico- discursivas, de acordo com suas escolhas a necessidades de dizer.

A criação de uma linguagem neutra ou não binária não vai resolver os problemas de machismo e de preconceitos em relação à classe LGBTQI+. Existir na gramática um morfema neutro não confere representatividade social ao indivíduo como podemos observar em países como a Turquia, por exemplo, que possui uma língua completamente neutra em relação aos gêneros dos substantivos, mas que, socialmente, não reflete essa neutralidade no que diz respeito aos direitos das mulheres e das minorias. Essa mudança na língua traz a proposta de ser uma estratégia discursiva de resistência, de apresentação à sociedade as possíveis identidades de gênero existentes. Mas entendemos ser mais importante que ocorra uma mudança, em primeiro lugar, no pensamento social e coletivo, algo trabalhado na cognição social para depois adentrar a língua, se for o caso.

Como a língua é viva e está em constante mutação para atender às necessidades de

seus falantes, ninguém consegue contemplar todo o conhecimento do português em sua plenitude, tampouco as gramáticas. Todo falante nativo traz consigo a língua adquirida, língua esta aprendida, apreendida e utilizada desde a infância; mas há a necessidade também de se ter contato com a língua tida como padrão para podermos circular por diversos níveis sociais e participar amadurecidos, linguisticamente, de várias situações discursivas. A língua padrão deve e precisa ser ensinada a todos na escola, e o papel do professor é intermediar essa aprendizagem para desenvolver cada vez mais a competência comunicativa dos alunos. Para o usuário da língua ter o domínio sobre ela é necessário usá-la, porque é justamente no seu uso e na imersão da cultura, que o indivíduo realmente aprenderá e apreenderá tal língua.

Por meio desse artigo, pudemos perceber que, ao longo da nossa história, o estudo sobre a questão da flexão de gênero dos substantivos veio crescendo, se desdobrando e se aprimorando. Com essa percepção diacrônica delineada, pudemos, também, constatar as mudanças e as nuances da língua, segundo a mesma temática. Destacamos a importância de todas as visões apresentadas nesse trabalho, desde a

mais antiga até as mais recentes, justamente porque os estudos mais atuais precisam sempre se basear em algum estudo anterior para dar continuidade ao processo de um melhor entendimento da língua.

Conforme pudemos observar nas gramáticas analisadas, percebemos que a flexão de gênero dos substantivos vai muito além do acréscimo ou troca do morfema -a. Em algumas dessas gramáticas, conseguimos perceber detalhadamente que a mudança de gênero é feita por flexão, por derivação e até por desinências. Nesse artigo, pudemos constatar também a insuficiência relacionada ao tratamento conceitual e descritivo no que tange aos processos de flexão e de derivação de gênero em nossa língua. Por isso, a busca de uma amplitude na discussão do tema a fim de trazer mais uma contribuição para a formação de um corpo maior de estudos nesse campo.

É importante deixar claro que não podemos abandonar nem negligenciar o ensino da gramática. Precisamos refletir sobre a forma como o ensino acontece.

Pensemos em um trabalho com as gramáticas nas escolas mais de uma forma científica, como já acontece com outras disciplinas como Física, Química e Biologia. Entendamos a gramática como uma investigação sobre as línguas (esse pensamento serve para qualquer língua). Tornemos os conceitos e as teorias nas gramáticas aplicadas, algo a se refletir e não simplesmente acatar e aceitar. Essa mudança da visão e da utilização das gramáticas é complexa e difícil, porém só virá com o tempo e a prática.

Por todo o exposto, concluímos acerca da importância do trato deste tema - flexão de gênero -, de fácil teor teórico, a nosso ver, no cotidiano da escola, da sala de aula. Ao nos depararmos, entretanto, com as dificuldades dos nossos alunos acerca dessa temática, fica constatado que as evidências não são tão verdadeiras. Estamos cientes de que o assunto não se esgotou, porque a manifestação do gênero nos substantivos pode ser explicada por vários processos existentes na língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade**. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1953.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de Gramática do Português**. Rio de Janeiro:

Zahar, 2000.

BARBOSA, Jerónimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem.** Lisboa, 1822.

BARROS, João de. **Grammatica da Língua Portuguesa.** Lisboa, 1540.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa.** 37 ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES NETO, José. **Gramática tradicional e Linguística contemporânea: continuidade ou ruptura?** Todas as letras: São Paulo, 2012.

BOTELHO, J. M. **O gênero dos substantivos: flexão ou derivação?** São Gonçalo, Rio de Janeiro: Soletas, 2004.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa.** 44 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Dispersos.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, Antonio da Costa. **Compendio da grammatica portugueza.** Maranhão, 1829.

GOMES, A. **Grammatica Portugueza.** 17 ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1904.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

MACIEL, Maximino. **Grammatica Descriptiva.** Rio de Janeiro, 1894.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos.** Editora UNESP: São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Fernão de. **A Gramática da Linguagem Portuguesa.** Lisboa, 1536.

ORLANDI, E. P. **Gramática, Gramatização e a Emergência das Primeiras Gramáticas Brasileiras.** ASSEL: Rio de Janeiro, 1996.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portugueza.** São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, João Batista. **Dicionário gramatical.** Rio de Janeiro, 1889.

SAID ALI, Manuel. **Grammatica secundaria da língua portugueza.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1923, 325 p.

_____. **Gramática histórica da língua portuguesa.** 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. [1931].

SILVA, P.; ANDRADE, L. **Gramática da língua portuguesa.** São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C, 1887.

TRASK, R.L. **Entendendo linguística.** Tradução de Ana Maria Gasonato. São Paulo: Leya, Col. Entendendo, 2013.
ra da Unicamp, 2008.